



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

Data da abertura: 06 de março de 2026.

Horário de início da disputa: 09:00 horas.

Tipo de julgamento: Menor preço por item.

Regime de execução: Por preço unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, COMPREENDENDO DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE CUPINS, LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS DE FEZES DE MORCEGOS EM FORROS, COM APLICAÇÃO DE REPELENTE E/OU INSETICIDA ESPECÍFICO, BEM COMO LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS SEMESTRALMENTE (DUAS APLICAÇÕES ANUAIS) NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE — INCLUINDO A AMPLIAÇÃO DA REDE BEM CUIDAR E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) — E NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ABRANGENDO ESCOLAS MUNICIPAIS E BIBLIOTECA, CONFORME CONDIÇÕES, REQUISITOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Modo de disputa: Aberto

Local/site: www.portaldecompraspublicas.com.br

TAIS FABIANE DA MAIA FLORES ROSA, Prefeita Municipal de Quevedos - RS, no uso das suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Federal no. 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123/2006, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, a abertura de certame na modalidade **PREGÃO, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, COMPREENDENDO DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE CUPINS, LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS DE FEZES DE MORCEGOS EM FORROS, COM APLICAÇÃO DE REPELENTE E/OU INSETICIDA ESPECÍFICO, BEM COMO LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS SEMESTRALMENTE (DUAS APLICAÇÕES ANUAIS) NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE — INCLUINDO A AMPLIAÇÃO DA REDE BEM CUIDAR E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) — E NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ABRANGENDO ESCOLAS MUNICIPAIS E BIBLIOTECA, CONFORME CONDIÇÕES, REQUISITOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.****

A sessão virtual será realizada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **06 de março de 2026**, às **09:00h**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08:00h, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília, e será conduzida pelo Agente de Contratação, podendo ainda ser assessorada por técnicos e/ou especialistas quando necessário.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, COMPREENDENDO DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE CUPINS, LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS DE FEZES DE MORCEGOS EM FORROS, COM APLICAÇÃO DE REPELENTE E/OU INSETICIDA ESPECÍFICO, BEM COMO LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS SEMESTRALMENTE (DUAS APLICAÇÕES ANUAIS) NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE — INCLUINDO A AMPLIAÇÃO DA REDE BEM CUIDAR E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) — E NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ABRANGENDO ESCOLAS MUNICIPAIS E BIBLIOTECA, CONFORME CONDIÇÕES, REQUISITOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEVEDOS – RS
COMISSÃO DE PREGÃO 2026 Portaria Municipal nº 03, de 07 de janeiro de 2025
Site de disponibilização do Edital: www.quevedos.rs.gov.br

Item	Especificação	Periodicidade	Área (m²)	Preço Unit. Máximo	Preço Total
01	DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE CUPINS E LIMPEZA DE FORRO (REMOÇÃO DE FEZES DE MORCEGOS) E APLICAÇÃO DE INSETICIDA REPELENTE E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE MIL LITROS – SEC. DE SAÚDE E PRÉDIOS VINCULADOS	Semestral	551,45	2.314,13	4.628,26
02	DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE CUPINS E LIMPEZA DE FORRO (REMOÇÃO DE FEZES DE MORCEGOS) E APLICAÇÃO DE INSETICIDA REPELENTE E LIMPEZA DE TRÊS CAIXAS D'ÁGUA DE MIL LITROS – SEC. DE EDUCAÇÃO E PRÉDIOS VINCULADOS	Semestral	2.082,31	8.745,70	17.491,40
				Total:	22.119,66

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Poderão participar do pregão, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos e, estiverem devidamente cadastradas e credenciadas junto ao Órgão Provedor do Sistema, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, bem como as cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (conforme disposto no art. 34 da Lei 11.488/2007), deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica, por meio de declaração de enquadramento firmada por contador, que deverá ser enviada junto com os documentos de habilitação, caso seja a vencedora.

2.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.4. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

2.5. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.



2.6. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte site eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: forneecedor@portaldecompraspublicas.com.br, ou ainda:

CENTRAL DE ATENDIMENTO COMPRAS PÚBLICAS
Capitais, Regiões Metropolitanas e WhatsApp: 3003-5455
(61) 3120-3700 | (61) 3142-4887
Região Sul: (48) 3771-4672 | (51) 3103-9615
Outras Regiões: 0800 730 5455

2.7. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital;

2.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.9. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao processo na forma eletrônica.

2.10. O uso da senha de acesso ao sistema é de inteira e exclusiva responsabilidade e do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Quevedos, promotor da licitação, responsabilidade por danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.11. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.12. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.13. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.14. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

2.15. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



3.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas, contendo marcado produto, valor unitário e valor total por item e demais informações necessárias, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.2. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

3.3. As empresas de pequeno porte, microempresas e cooperativas, deverão, na tela de envio de proposta selecionar a opção “Declaro, sob as penas da Lei, de que cumpro com os requisitos legais para a qualificação como cooperativa, microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido nos termos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006 ou da Lei 11.488 de 15 de junho de 2007”.

3.3.1. A não declaração da empresa na forma estabelecida no item 3.3 deste Edital significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Agente de contratação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, aplicáveis ao presente certame.

3.3.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

3.4. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante as sanções legais, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

3.5. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.7. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação deverão ser encaminhados no prazo máximo de 1h.

4. DA FORMALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Na formalização das propostas as empresas deverão apresentar, obrigatoriamente:



a) Preço unitário e total para o item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) Marca e o nome do fabricante do produto e as especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante exigências do edital;

4.2. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação na sessão deste pregão eletrônico - em caso de omissão do prazo de validade, será implicitamente considerado o prazo citado.

4.3. Poderão ser admitidos, pelo Agente de Contratação, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

4.4. Nos preços cotados devem estar inclusos todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

4.5. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para atendimento ao objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

OBS.: Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação.

5. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA FASE DE LANCES.

5.1. O Agente de Contratação via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste edital, com a divulgação da melhor proposta por item.

5.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.



5.4. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Proposta que não apresentar a marca e o modelo do item, sempre que aplicável, para fins de verificação da conformidade com a descrição contida no edital;

b) Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

c) Forem omissas em pontos essenciais;

d) Contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

5.6. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.7. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Agente de Contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.8. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

5.9. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

5.10. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

5.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.12. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.



5.14. Durante a sessão pública do pregão eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação do seu detentor.

5.15. Na sessão de lances, assim que um fornecedor beneficiado com tratamento diferenciado, conforme item 3.3 desde Edital, entrar na sala de disputa, será exibida a sua identificação na abertura de cada item, e indicada uma mensagem no chat com esta informação.

5.16. No encerramento de cada item, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no artigo 44, §2º da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.3 deste Edital.

5.16.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

5.16.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, será enviada uma mensagem para o chat, informando a ordem de classificação para o desempate.

5.16.3. Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de 5 (cinco) minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o chat. Neste intervalo de tempo, as empresas interessadas em usufruir do benefício, deverão dar seu lance.

5.16.4. Apesar de ser aberto o tempo de novo lance para todas as empresas beneficiadas, será considerada a ordem de classificação para definir a vencedora, independente do melhor lance. As demais serão consideradas para o caso de a vencedora não passar pela fase de habilitação. Caso a empresa melhor classificada não seja habilitada, será obedecida a ordem de classificação e o benefício passará para a próxima melhor classificada.

5.16.5. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.16.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes. **5.17.** Após o fechamento da etapa de lances o Agente de Contratação poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.



6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Após encerramento da etapa de lances, o licitante detentor da menor oferta deverá anexar EXCLUSIVAMENTE junto ao Portal de Compras Públicas os documentos de habilitação (conforme edital) e a proposta final ajustada ao lance no prazo de até 04 (quatro) horas.

6.2. A microempresa, empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão do pregão.

6.2.1. Este benefício não eximirá a microempresa ou empresa de pequeno porte, da apresentação de TODOS os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

6.3. O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado e que sua concessão não interfira no procedimento licitatório. O pedido deverá ser feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo.

6.3.1. A não regularização da documentação no prazo fixado no item 6.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4. Após análise da proposta e documentação, o Agente de Contratação anunciará o licitante vencedor.

6.5. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. REGULARIDADE FISCAL

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Federal - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do domicílio ou sede da empresa licitante;
- d)** Prova de regularidade de débitos com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do domicílio ou sede da empresa licitante;
- e)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011.
- g)** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.3. QUALIFICAÇÃO ECÔNOMICA-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para recebimento das propostas.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a)** Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter executado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

7.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- a)** Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, emitida pela Vigilância Sanitária competente;



- b)** Licença Ambiental vigente ou documento de dispensa de licenciamento, quando aplicável;
- c)** Comprovante de cadastro da empresa junto à Vigilância Sanitária como empresa especializada em controle de vetores e pragas urbanas;
- d)** Indicação do Responsável Técnico, acompanhada da respectiva ART/TRT ou documento equivalente;
- e)** Fichas de Dados de Segurança (FDS/FISPQ) dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços;
- f)** Comprovação de registro dos produtos junto aos órgãos competentes;

8. MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no EDITAL.

8.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

9. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação serão examinados pelo Agente de Contratação, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.



9.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.3 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

10. VEDAÇÕES

10.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

10.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 10.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada,



inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

10.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

11.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



12. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

13.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.4. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 13.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



13.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

14. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento do objeto de que trata o presente edital, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 02.01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 2.049
Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (279) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo
Unidade 02 – Manutenção do Ensino Fundamental com recursos MDE/Outros
Proj./Ativ. 1.011 – Constr/Manut de Creche Municipal
Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (158) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Proj./Ativ. 2.035 – Manutenção do Ensino Fundamental com recursos MDE/Outros
Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (176) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Unidade 03 – Outros encargos da Secretaria Municipal de Educação
Proj./Ativ. 2.038 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (206) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Proj./Ativ. 2.046 – Ampliação do acervo e conservação da Biblioteca Municipal
Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (246) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

14.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

14.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 15 dias da entrega dos produtos.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A entrega dos itens será conforme necessidade do município e será requisitado através de nota de empenho que será enviada via e-mail.

15.2. O prazo e local de entrega estão estipulados no termo de referência.

15.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.



15.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

15.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;



c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 16.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

16.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 16.2 do presente Edital.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. A aplicação das sanções previstas no item 16.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.7. Na aplicação da sanção prevista no item 16.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 16.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



16.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 16.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, em campo próprio do Portal de Compras Públicas.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

18.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

18.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

18.4. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Agente de Contratação e/ou membros da equipe de apoio, pelo telefone 0800-0901083 ou ainda podem ser encaminhadas para o endereço eletrônico licitacao@quevedos.rs.gov.br.

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, com base na legislação em vigor.



18.6. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

18.7. Todas as etapas e o resultado do presente certame será divulgado no Portal da Transparência do Município e no LicitaCon - sistema informatizado do TCE-RS na internet.

18.8. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Quevedos, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

18.9. O Município de Quevedos se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

18.10. Integram este Pregão:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de contrato

ANEXO III – Modelo de proposta comercial final

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição

ANEXO V - Declaração de Idoneidade

ANEXO VI - Declaração de ME e EPP

Quevedos, 20 de fevereiro de 2026.

Tais Fabiane da Maia Flores Rosa
Prefeita Municipal



EDITAL DE PREGÃO Nº 08/2026 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO:MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, COMPREENDENDO DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE CUPINS, LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS DE FEZES DE MORCEGOS EM FORROS, COM APLICAÇÃO DE REPELENTE E/OU INSETICIDA ESPECÍFICO, BEM COMO LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS SEMESTRALMENTE (DUAS APLICAÇÕES ANUAIS) NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE — INCLUINDO A AMPLIAÇÃO DA REDE BEM CUIDAR E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) — E NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ABRANGENDO ESCOLAS MUNICIPAIS E BIBLIOTECA, CONFORME CONDIÇÕES, REQUISITOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos e/ou periódicos de controle sanitário integrado, compreendendo:

- **Desinsetização, dedetização e desratização:** para o combate e prevenção de pragas urbanas, tais como baratas, formigas, moscas, pernilongos, roedores e outros insetos.
- **Controle e combate de cupins:** com aplicação de produtos específicos para erradicação e prevenção de danos estruturais.
- **Limpeza de forros:** retirada de resíduos de fezes de morcegos com aplicação de repelente e/ou inseticida específico.
- **Limpeza e desinfecção de reservatórios de água e caixas d'água:** para garantir a potabilidade e a qualidade da água fornecida.

Estes serviços visam abranger todas as unidades educacionais, administrativas e de saúde vinculadas às Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e de Saúde.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada se justifica pela imperiosa necessidade de manter condições sanitárias adequadas e ambientes saudáveis e seguros em todas as unidades públicas atendidas. Essa medida preventiva é crucial para:

- **Saúde Pública e Segurança Sanitária:** Prevenir e controlar infestações de insetos, roedores, cupins e morcegos que representam sérios riscos à saúde de alunos, servidores, usuários do SUS e demais frequentadores dos espaços públicos. A manutenção de um ambiente livre de pragas e com água potável é fundamental para a saúde coletiva.
- **Conformidade Legal:** Assegurar a conformidade com a legislação vigente, as diretrizes do Programa Nacional de Saúde Escolar e as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho, como a Lei Federal nº 14.133/2021, a RDC ANVISA nº 52/2009 e o Decreto Estadual nº 23.430/1974 (RS).
- **Incapacidade Institucional:** O Município não dispõe de estrutura técnica, pessoal especializado, responsável técnico habilitado ou licenças exigidas para a execução direta desses serviços complexos, o que torna a contratação de uma empresa externa a única solução viável e vantajosa, conforme demonstrado em Estudos Técnicos Preliminares (ETP) realizados por ambas as Secretarias.

A garantia de ambientes salubres e adequados contribui diretamente para a qualidade do ensino, bem-estar da comunidade escolar e a eficiência dos serviços de saúde prestados à população.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais e normativos:

- **Lei Federal nº 14.133/2021:** Especialmente nos artigos 6º, XX; 18; 23 e 72, que dispõem sobre licitações e contratos administrativos.
- **RDC ANVISA nº 52/2009:** Que trata do funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.



- **Decreto Estadual nº 23.430/1974 (RS):** E demais normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho vigentes.
- **Estudos Técnicos Preliminares (ETP):** Que demonstraram a necessidade, viabilidade e vantajosidade da contratação.
- **Previsão nos Planos Anuais de Contratações (PAC):** De ambas as Secretarias Municipais envolvidas, atendendo ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as melhores práticas de mercado, normas técnicas e legislação aplicável, observando as seguintes especificações:

4.1. Desinsetização e Dedetização

- **Controle de Pragas Urbanas:** Abrangendo baratas, formigas, moscas, pernilongos, aranhas e outros insetos rasteiros e voadores comuns em ambientes urbanos.
- **Produtos Utilizados:**
 - Deverão ser devidamente registrados e aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com comprovada eficácia.
 - Em ambientes escolares e de saúde, os produtos devem possuir baixo impacto ambiental e serem seguros para a saúde de crianças, adultos e pacientes, minimizando riscos de alergias ou intoxicações.
 - A escolha dos produtos deverá considerar o tipo de praga, o ambiente e a segurança dos ocupantes.
- **Métodos de Aplicação:** A empresa deverá propor os métodos mais adequados (pulverização, gel, iscas, armadilhas, etc.) conforme a praga e o local, sempre buscando a máxima eficácia e mínima interferência nas rotinas.

4.2. Desratização

- **Controle de Roedores:** Eliminação e controle de ratos, camundongos e outras espécies de roedores.
- **Produtos e Equipamentos:** Utilização de iscas raticidas, armadilhas e/ou outros produtos que atendam às normas de segurança e proteção ao meio ambiente.
- **Instalação Estratégica:** A instalação das iscas e armadilhas deverá ser realizada de forma estratégica, em pontos de passagem e abrigo dos roedores, garantindo a eficácia do serviço e a segurança das pessoas e animais domésticos.
- **Monitoramento:** A empresa deverá realizar o monitoramento constante dos pontos instalados, com reposição de iscas e retirada de roedores, conforme a necessidade.

4.3. Limpeza de Forros e Controle de Cupins

- **Limpeza de Forros (Morcegos):**
 - Nas unidades de saúde, a limpeza deverá incluir a retirada de resíduos de fezes de morcegos.
 - Após a remoção das fezes, deverá ser realizada a aplicação de repelente e/ou inseticida específico para morcegos, conforme as normas de segurança e bem-estar animal.



- **Controle de Cupins:**

- Inspeção detalhada para identificar a presença de cupins.
- Aplicação de produtos apropriados para erradicação e prevenção de danos à estrutura física das edificações (madeira, alvenaria, etc.).
- Todas as ações deverão ser devidamente registradas em relatório técnico, indicando áreas tratadas, produtos utilizados e garantias.

4.4. Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água e Caixas d'água

- **Número e Capacidade:** Realização da limpeza e desinfecção de reservatórios de água e caixas d'água, incluindo os 03 (três) reservatórios de 1.000 (mil) litros em cada unidade escolar, bem como 01 (um) reservatório de 1.000 (mil) litros na unidade de saúde.
- **Normas e Potabilidade:** Os serviços devem estar em estrita conformidade com as normas da ANVISA e da Vigilância Sanitária, garantindo a potabilidade da água após a intervenção.
- **Procedimento:** O serviço deverá compreender:
 - Esvaziamento do reservatório/caixa.
 - Retirada de detritos, sujeiras e possíveis microrganismos.
 - Escovação e lavagem das paredes e fundo.
 - Aplicação de produtos desinfetantes aprovados.
 - Enxágue e descarte adequado da água de limpeza.
 - Reabastecimento e testes de potabilidade, se necessário.
- **Periodicidade:** A periodicidade para os serviços de limpeza e higienização das caixas d'água será semestral (02 aplicações anuais).

5. LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nas seguintes unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e de Saúde:

5.1. Unidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

- **E.M.E.F. Othelo Rosa:** área total: 613,17 m²
- **E.M.E.I:** área total: 580,17 m²
- **E.M.E.F. Olga Nunes da Silveira:** área total: 605,97 m²
- **Prédio da Secretaria Municipal de Educação:** área total: 138,00 m²
- **Prédio da Biblioteca Municipal:** área total: 145,00 m²
 - *Totalizando 5 unidades com áreas especificadas.*

5.2. Unidades da Secretaria Municipal de Saúde



- **Prédios vinculados à Secretaria Municipal de Saúde:** Incluindo a ampliação da Rede Bem Cuidar e a Unidade Básica de Saúde (UBS) – área total 551,45 m².

6. PRAZO E PERIODICIDADE DE EXECUÇÃO

- **Prazo Contratual:** O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura, podendo ser prorrogado conforme previsão legal (Lei nº 14.133/2021), mediante interesse das partes, justificativa adequada e observância das condições de desempenho e necessidade dos serviços.
- **Periodicidade dos Serviços:**
 - **Serviços gerais de desinsetização, dedetização, desratização e controle de cupins:** Semestral (02 aplicações anuais).
 - **Limpeza de forros com remoção de fezes de morcegos e aplicação de repelente/inseticida (Unidades de Saúde):** Semestral (02 aplicações anuais).
 - **Limpeza e desinfecção de reservatórios de água e caixas d'água:** Semestral (02 aplicações anuais).
 - **Reaplicações Corretivas:** Quando necessárias, deverão ser realizadas sem ônus adicional para a Administração, dentro do prazo de garantia técnica do serviço.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- **Cronograma:** A empresa contratada deverá executar os serviços conforme cronograma a ser definido em conjunto com a Administração, respeitando horários que não prejudiquem as atividades pedagógicas, administrativas e de atendimento à saúde.
- **Fiscalização:** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representantes designados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de relatórios periódicos.
- **Produtos e Equipamentos:** Todos os produtos utilizados deverão estar devidamente registrados, autorizados pela ANVISA e dentro do prazo de validade. Os equipamentos deverão ser adequados e em perfeito estado de funcionamento.
- **Documentação Comprobatória:** A contratada deverá fornecer documentação comprobatória dos serviços prestados, incluindo:
 - Relatórios de controle de pragas (data, local, pragas combatidas, produtos utilizados, metodologias).
 - Identificação dos produtos utilizados (nome, registro ANVISA, lote, validade).
 - Certificados de limpeza e desinfecção de reservatórios de água.
 - Demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.
- **Segurança:** A empresa deverá cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, utilizando EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequados e garantindo a segurança de seus funcionários e de terceiros durante a execução dos serviços.
- **Meio Ambiente:** A empresa deverá observar as normas ambientais vigentes para o descarte de resíduos e a utilização de produtos.



8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à contratada, além das demais previstas em lei e no contrato:

- Executar os serviços com qualidade, eficiência, segurança e presteza, conforme as especificações deste Termo de Referência e cronograma acordado.
- Utilizar produtos adequados, seguros e devidamente registrados nos órgãos competentes, com validade em dia e baixo impacto ambiental.
- Apresentar relatórios periódicos detalhados das atividades realizadas, incluindo datas, locais, pragas, produtos, metodologias e ocorrências.
- Disponibilizar profissionais capacitados, habilitados e devidamente uniformizados para a execução dos serviços, com comprovação de treinamentos e qualificações.
- Assumir total responsabilidade por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros durante a execução dos serviços.
- Garantir reaplicações corretivas, quando tecnicamente indicadas e dentro do período de garantia, sem ônus adicional.
- Cumprir os prazos e condições estabelecidos, bem como as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho.
- Possuir licenciamento junto aos órgãos sanitários e ambientais competentes e apresentar responsável técnico legalmente habilitado.

9. OBRIGAÇÕES DAS CONTRATANTES

Compete às contratantes, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e da Secretaria Municipal de Saúde:

- Fornecer as informações necessárias para a execução adequada dos serviços.
- Disponibilizar acesso aos locais conforme o cronograma estabelecido, assegurando as condições para a realização dos trabalhos.
- Efetuar os pagamentos conforme as condições previstas no contrato.
- Indicar servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que registrarão as ocorrências e adotarão as providências necessárias.
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a qualidade, o cumprimento dos prazos e a conformidade com as especificações técnicas.

10. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos de habilitação, além de outros que possam ser exigidos em edital:

- Possuir registro e licenciamento junto aos órgãos sanitários e ambientais competentes (ANVISA, órgãos estaduais/municipais).
- Apresentar responsável técnico legalmente habilitado para os serviços de controle de pragas, com comprovação de vínculo empregatício ou contratual.



- Comprovar experiência prévia na execução de serviços similares, mediante atestados de capacidade técnica.
- Apresentar comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- Utilizar exclusivamente produtos registrados e autorizados pela ANVISA, apresentando as fichas de segurança (FISPQ) dos produtos a serem utilizados.
- Cumprir integralmente as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento a ser adotado será o de **menor preço**, observadas as especificações, condições e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital ou instrumento convocatório equivalente, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALORES

- **Unidades de Educação, Cultura, Desporto e Turismo:** Para as unidades de educação, o valor estimado para os serviços de desinsetização, desratização, limpeza de forro (com remoção de fezes de morcegos e aplicação de inseticida/repelente) e limpeza e higienização de 03 (três) caixas d'água de mil litros, considerando a periodicidade semestral e área de 2.082,31 m², foi previamente estimado em **R\$ 17.491,40 (dezesete mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta centavos)** para a execução anual de um item específico.
- **Unidades de Saúde:** Para as unidades de saúde, o valor estimado para os serviços de desinsetização, desratização, limpeza de forro (com remoção de fezes de morcegos e aplicação de inseticida/repelente) e limpeza e higienização de caixa d'água de mil litros, considerando a periodicidade semestral e área de 551,45 m², foi previamente estimado em **R\$ 4.628,26 (quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos)** para a execução anual de um item específico.
- **Estimativa Global:** R\$ 22.119,66 (vinte e dois mil, cento e dezenove reais com sessenta e seis centavos).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das respectivas Secretarias Municipais:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo:

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Unidade 02 – Manutenção do Ensino Fundamental com recursos MDE/Outros

Proj./Ativ. 1.011 – Constr/Manut de Creche Municipal

Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (158) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Proj./Ativ. 2.035 – Manutenção do Ensino Fundamental com recursos MDE/Outros

Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (176) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Unidade 03 – Outros encargos da Secretaria Municipal de Educação

Proj./Ativ. 2.038 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (206) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



Proj./Ativ. 2.046 – Ampliação do acervo e conservação da Biblioteca Municipal
Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (246) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Saúde;
Unidade 02.01 – Fundo Municipal de Saúde;
Projeto/Atividade 2.049;
Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (279) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados, tanto pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo quanto pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que registrarão as ocorrências, elaborarão relatórios e adotarão as providências necessárias para a fiel execução contratual.

15. ANÁLISE DE RISCOS E MEDIDAS MITIGADORAS

Risco	Impacto	Medida Mitigadora
Não execução dos serviços	Comprometimento das condições sanitárias	Execução periódica conforme cronograma e fiscalização rigorosa pela Administração.
Falhas técnicas nos serviços	Ineficiência do controle de pragas	Exigência de equipe técnica capacitada, uso de produtos adequados, e previsão de reaplicações corretivas sem ônus.
Uso de produtos inadequados	Risco à saúde de alunos, servidores e usuários	Exigência de registro ANVISA dos produtos, apresentação de FISPQ e comprovação de responsável técnico habilitado.
Danos a bens ou pessoas	Prejuízos financeiros e legais para o Município	Exigência de seguro de responsabilidade civil da contratada e cláusula de total responsabilidade por danos causados.
Inadequação orçamentária	Impossibilidade de pagamento	Previsão orçamentária clara em ambas as Secretarias e acompanhamento da execução financeira.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Quaisquer alterações no objeto ou nas condições contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, em conformidade com a legislação vigente.

16.2. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.



16.3. Este Termo de Referência poderá ser alterado conforme a necessidade da Administração Municipal, desde que devidamente justificado e formalizado.

Marli Terezinha de Oliveira Marconato
Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Cristina de Vargas Marconato
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO XX/2026

O **MUNICÍPIO DE QUEVEDOS**, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 94.444.122/0001-10, com sede na Rua Humaitá, 69, representado pelo Prefeita Municipal, Sra. TAIS FABIANE DA MAIA FLORES DA ROSA, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº_____, com sede _____, neste ato representada por_____, ora denominada CONTRATADA, com base na Lei Federal nº.14.133/21 e no PROCESSO LICITATÓRIO – Pregão Eletrônico Nº. 08/2026, firmam o presente atonos termos das cláusulas que seguem e que são aceitas pelas partes, inclusive quanto às demais condições do edital mesmo que não estejam transcritas neste ato:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle sanitário integrado de pragas urbanas, compreendendo:

- a) Desinsetização, dedetização e desratização;
- b) Controle e combate de cupins;
- c) Limpeza e remoção de resíduos de fezes de morcegos em forros, com aplicação de repelente e/ou inseticida específico;
- d) Limpeza e higienização de reservatórios de água e caixas d'água.

1.2. Os serviços deverão ser executados semestralmente (02 aplicações anuais) nos prédios vinculados à Secretaria Municipal de Saúde — incluindo ampliação da Rede Bem Cuidar e UBS — e nos prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, abrangendo escolas municipais e biblioteca, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução é por preço unitário, sendo o critério de julgamento o menor preço por item.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), conforme proposta vencedora.

3.2. Os valores unitários contratados são:

Item 01 – R\$ _____

Item 02 – R\$ _____

3.3. Nos valores contratados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, transporte, seguros e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Os serviços serão executados semestralmente, conforme cronograma definido pelas Secretarias competentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução deverá observar rigorosamente o Termo de Referência, as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho.

5.2. Todos os produtos utilizados deverão possuir registro na ANVISA, apresentar FISPQ/FDS e estar dentro do prazo de validade.

5.3. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios técnicos detalhados após cada aplicação, contendo:

- a) Data e local da execução;
- b) Pragas combatidas;
- c) Produtos utilizados (nome, lote e registro);
- d) Metodologia aplicada;
- e) Certificado de limpeza das caixas d'água.



5.4. Eventuais reaplicações corretivas deverão ser realizadas sem ônus adicional, dentro do período de garantia técnica.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I – Executar os serviços com qualidade, segurança e eficiência;
- II – Disponibilizar responsável técnico habilitado, com ART/TRT;
- III – Manter válidas todas as licenças sanitárias e ambientais;
- IV – Utilizar EPIs adequados e garantir a segurança dos usuários;
- V – Assumir responsabilidade por danos causados à Administração ou a terceiros;
- VI – Cumprir integralmente as normas da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

- I – Disponibilizar acesso aos locais;
- II – Designar fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- III – Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas;
- IV – Fiscalizar a execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução dos serviços e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.2. A despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 02.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.049

Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (279)

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Educação

Elemento 3.3.90.39.00.00.00 – (158), (176), (206) e (246)

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução será acompanhada por servidores designados pelas Secretarias envolvidas, que registrarão ocorrências e poderão determinar correções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser aplicadas:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% a 30% do valor contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade.

10.2. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro do Sul/RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia a qualquer outro.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



TAIS FABIANE DA MAIA FLORES ROSA
PREFEITA



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos objetos da presente licitação modalidade pregão, na forma eletrônica, sob nº 08/2026 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário por item, preço total por item e marca/modelo.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os Itens

Ser de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado neste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.



VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO SUSPENDE O
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO**



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso III do art. 62 da lei nº 14.133/2021, em cumprimento ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....,de.....de 2026.

.....

(nome e cargo do representante legal)
(assinatura e carimbo)



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 08/2026** instaurada pela Prefeitura Municipal de Quevedos, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO ME OU EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEVEDOS
SÚMULA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

A Prefeita de Quevedos - RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Pregoeira Tiéli Lautenschlaeger Braz, designada pela Portaria Municipal de nº 03/2025, de 07/01/2025, receberá a documentação e propostas para o **PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2026**, conforme fixado no Edital e seus anexos, sendo a licitação do tipo **“MENOR PREÇO POR ITEM”**, com **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES às 09:00 horas do dia 06/03/2026**, cujo **OBJETO** é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, COMPREENDENDO DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE CUPINS, LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS DE FEZES DE MORCEGOS EM FORROS, COM APLICAÇÃO DE REPELENTE E/OU INSETICIDA ESPECÍFICO, BEM COMO LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS SEMESTRALMENTE (DUAS APLICAÇÕES ANUAIS) NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE — INCLUINDO A AMPLIAÇÃO DA REDE BEM CUIDAR E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) — E NOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ABRANGENDO ESCOLAS MUNICIPAIS E BIBLIOTECA, CONFORME CONDIÇÕES, REQUISITOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme especificações do Edital. Edital disponível no site da Prefeitura www.quevedos.rs.gov.br (aba licitações – pregão eletrônico) e na plataforma do pregão pertencente ao Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações adicionais: Setor de Licitações – Rua Humaitá, 69, Centro, Quevedos – RS, telefones 0800-090-1083 ou e-mail licitacao@quevedos.rs.gov.br.

Quevedos, 20 de fevereiro de 2026.

Tais Fabiane da Maia Flores Rosa
Prefeita Municipal